

# Médicos pedem o fim das taxas extras nos hospitais

01 OUT 1992

por Norberto Gonzalez  
de São Paulo

A Associação Paulista de Medicina (APM) encaminhou, na semana passada, uma representação à Secretaria de Justiça de São Paulo solicitando o fim da cobrança de taxas adicionais às diárias hospitalares. Segundo a entidade, há tarifas indevidas e outras inadequadas e somente a revisão e uniformização das taxas permitirá a transparência dos valores.

O presidente da APM, Celso Guerra, apresentou ontem alguns casos de cobrança de taxas — entre eles uma apendicectomia complicada, que em 32 dias de hospital custou, em agosto, Cr\$ 151.227.598,00, dos quais Cr\$ 11.799.608,00 de honorários médicos e o restante de despesas hospitalares. As diárias, isoladamente, ficaram em Cr\$ 32.407.520,00.

Segundo seus cálculos, a conta poderia ter sido reduzida em Cr\$ 39 milhões se fossem eliminadas as cobranças "abusivas". Guerra concorda que o procedimento de inclusão das taxas poderá até mesmo aumentar o valor das diárias, mas acredita que o procedimento permitirá maior transparência.

"Essas taxas inviabilizam a assistência médica e encarecem muito os planos e convênios de saúde, que são obrigados a repassar essas despesas à mensalidade", disse Guerra. Ele acredita que essas empresas não se manifestem diretamente por causa das "enormes pressões dos hospitais", dos quais os convênios médicos dependem muito. A APM listou um total de cem itens considerados abusivos, entre os quais instalação de soro, transferência de leito, aplicação de injeções e uso de fonte de luz durante uma cirurgia. Segundo Guerra, essas cobranças surgiram durante o Plano Cruzado, em 1986, como forma de burlar o congelamento im-

posto às diárias hospitalares, mas continuam em vigor até hoje, cobradas apenas dos pacientes particulares ou de convênios, pois o INAMPS não paga por item mas por procedimento hospitalar.

O Sindicato dos Hospitais do Estado de São Paulo (Sindihosp) divulgou ontem uma nota oficial sobre o assunto, alegando que a cobrança das taxas é legal. Segundo Dante Montagnana, presidente em exercício, a diária hospitalar inclui apenas o uso do quarto, alimentação, higiene, roupa de cama e banho e serviço de enfermagem nos procedimentos comuns a todos os pacientes. "Não existe abuso. Essa rotina de cobrança está beneficiando o usuário, pois cada um só paga pelo serviço que utiliza", disse Montagnana.